

OS BENEFÍCIOS DA PSICOTERAPIA BREVE: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS CAUSADOS NA SAÚDE MENTAL DE INDIVÍDUOS AFETADOS POR EVENTOS CATASTRÓFICOS NO BRASIL

THE BENEFITS OF BRIEF PSYCHOTHERAPY: A STUDY ON THE IMPACTS CAUSED ON THE MENTAL HEALTH OF INDIVIDUALS AFFECTED BY CATASTROPHIC EVENTS IN BRAZIL

Ilara Ribeiro de PAIVA¹; Alice Andrade SILVA²

1. *Graduanda em Psicologia. UNIMOGI.*

E-mail: ilarapaiva2001@gmil.com

2. *Doutorado em Saúde Coletiva (UNICAMP), Mestre em Psicologia Institucional (UFES), Psicóloga e Psicanalista. Docente UNIMOGI.*

E-mail: profaliceandrade@unimogi.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar um breve histórico do surgimento do estudo em psicologia de emergência e desastre, bem como discutir esses conceitos. O estudo trata da Psicologia da Gestão Integrada de Riscos e Desastres, também conhecida como Psicologia de Emergência e Desastre. O propósito deste artigo é compreender a função do psicólogo diante desses eventos, enfatizando sua capacidade de agir de maneira que possa contribuir para o gerenciamento dessa crise. Para a elaboração teórica do trabalho, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos realizados recentemente neste campo de estudo, destacando diversos estudiosos que tratam do assunto. A Psicologia da Gestão Integrada de Riscos e Desastres é um tema relevante nos estudos atuais, pois é crescente o número de desastres no nosso país. No entanto, a pesquisa permitiu compreender a necessidade de estudos mais aprofundados nessa área, uma vez que ela ainda está em desenvolvimento. É importante que sejam implementados estudos focados no assunto, seja por meio de cursos de graduação ou pós-graduação.

Palavras-chave: Emergência; Desastres; Psicologia

ABSTRACT

The present study aims to present a brief history of the emergence of the study in emergency and disaster psychology, as well as discuss these concepts. The study deals with the Psychology of Integrated Risk and Disaster Management, also known as Emergency and Disaster Psychology. The purpose of this article is to understand the role of the psychologist in the face of these events, emphasizing their ability to act in a way that can contribute to the management of this crisis. For the theoretical elaboration of the work, bibliographical research was conducted on studies recently carried out in this field of study, highlighting several scholars who deal with the subject. The Psychology of Integrated Risk and Disaster Management is a relevant topic in current studies, as the number of disasters in our country is increasing. However, the research allowed us to understand the need for more in-depth studies in this area, as it is still under development. It is important that studies focused on the subject are implemented, whether through undergraduate or postgraduate courses.

Keywords: Emergency; Disaster; Psychology

Recebimento dos originais: 15/12/2024.

Aceitação para publicação: 22/01/2025.

INTRODUÇÃO

Os desastres naturais têm sido tratados de maneira diferenciada em diferentes setores da sociedade no Brasil. Nos últimos anos, há um aumento nos prejuízos causados por esses eventos devido à má gestão urbana. Ações integradas entre comunidade e universidade são fundamentais para que os efeitos dos desastres naturais sejam reduzidos. A universidade deve contribuir para a compreensão dos mecanismos dos desastres naturais por meio da observação, diagnóstico e modelagem. Essas informações devem ser repassadas à população, que, de forma organizada, deve agir para minimizar os danos causados pelos desastres. Em um contexto local, é recomendável criar grupos comunitários capacitados para agir antes, durante e depois do evento, auxiliando assim os órgãos municipais de proteção civil.

Em setembro de 2003, o Grupo de Estudo de Desastres Naturais (GEDN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) iniciou o projeto de extensão universitária denominada “Plano de Prevenção e Controle de Desastres Naturais nos Municípios do Estado de Santa Catarina Afetados pelas Adversidades Climáticas”, que contou com o apoio financeiro do Governo Estadual de Santa Catarina, por meio do Departamento Estadual de Defesa Civil (DEDC-SC), e com o suporte administrativo do Centro Universitário de Estudos e Pesquisa sobre Desastres (CEPED/UFSC).

Além disso, ele procurou envolver grupos organizados, lideranças comunitárias e pessoas interessadas, sobretudo professores e estudantes, na execução e aperfeiçoamento de métodos preventivos, enfatizando as inundações e os escorregamentos. A elaboração de materiais didáticos para apoiar cursos de capacitação de professores da rede pública e membros das Comissões Municipais de Defesa Civil (COMDECs) Dessa forma, foi elaborada uma apostila chamada “Introdução à Prevenção de Desastres Naturais”.

Utilizando esta apostila, o Curso de Capacitação “Introdução à Prevenção de Desastres Naturais” foi realizado, até o presente momento, em quatro municípios catarinenses (Rio do Sul, Joaçaba, Florianópolis e Rio Negrinho), com o objetivo principal de difundir conteúdos relacionados à educação ambiental e aos desastres naturais para as comunidades que estão em áreas de risco, salientando a relevância da participação da sociedade na minimização dos danos causados pelos mesmos, promover debates sobre as causas e consequências das adversidades climáticas, com o objetivo de trocar experiências.

Os eventos naturais que causam desastres podem trazer, além de prejuízos, vantagens para as sociedades. As inundações fornecem uma grande quantidade de fertilizantes para os campos agrícolas, enquanto os escorregamentos tornam as terras mais compactas e aráveis. Às vezes, o ser humano pode até mesmo produzir tais eventos com o intuito de compreender e tirar proveito deles. Vários testes foram realizados na região do Grand Canyon, nos Estados Unidos, com o objetivo de controlar inundações. Os resultados indicam que é preciso realizar uma alteração drástica e dinâmica no regime fluvial para garantir a saúde do ecossistema aquático. A inundação remove o sedimento antigo e cria uma nova estrutura de sedimentos (Graf, 2006).

Em geral, os desastres naturais são determinados a partir da interação entre o homem e a natureza. Em outras palavras, desastres naturais são resultantes das tentativas humanas de dominar a natureza, que geralmente resultam em fracassos. Além do mais, quando não são tomadas medidas para diminuir os efeitos dos desastres, a tendência é aumentar a intensidade,

a magnitude e a frequência dos impactos. Dessa forma, grande parte da história da humanidade foi influenciada pelo surgimento de desastres naturais, sobretudo os de grande magnitude. Nos últimos anos, o número de ocorrências de desastres naturais em diversos lugares do mundo tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Isso ocorre principalmente devido ao aumento da população, à ocupação inadequada e ao intenso processo de urbanização e industrialização. Os principais fatores que contribuem para o surgimento desses desastres nas áreas urbanas são a impermeabilização do solo, o aumento das edificações, a manutenção do calor e a poluição do ar. Na zona rural, é comum observar a erosão dos terrenos, a poluição dos rios, desmatamento e queimadas (Maranhão, 2020).

A psicoterapia é uma técnica profissional exercida por psicólogos(as). É um processo no qual o(a) psicólogo(a) recebe, compreende as queixas do paciente e realiza intervenções usando técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional. A terapia psicológica tem como objetivo facilitar a mudança e aprimorar a qualidade de vida, além de propiciar o desenvolvimento do autoconhecimento, que muitas vezes não conhecemos. Na terapia, o psicólogo atua como um intermediário entre você e suas emoções, conflitos, crenças, mágoas e traumas, com o objetivo de promover o crescimento psicológico e emocional. A psicoterapia é uma técnica que tem como origem a palavra grega, que significa restabelecer a saúde mental das pessoas como um todo, curando as doenças mentais e transtornos psicológicos. A psicoterapia é uma grande aliada para todos que querem melhorar os aspectos emocionais, oferecendo ajuda e maior compreensão das questões da vida (BRASIL, Conselho Federal de Psicologia).

No entanto, a terapia psicológica não deve ser considerada apenas como um recurso de emergência ou prevenção de distúrbios. Para aqueles que buscam uma compreensão mais aprofundada de si mesmos, dos outros e das mais variadas circunstâncias, ela é considerada útil. A psicologia e a psicoterapia são frequentemente confundidas e possuem suas particularidades. A ciência que estuda o comportamento humano, seus processos mentais e suas interações é a psicologia. A psicoterapia é uma das possibilidades dentro da psicologia clínica, que trabalha com conversas sobre as questões emocionais. O título de psicoterapeuta é destinado apenas a profissionais com formação em Psicologia e com especialização em Psicologia Clínica. A Psicoterapia requer pesquisas e aprimoramento constante acerca do comportamento humano e de suas emoções. Assim sendo, somente aqueles que possuem graduação em Psicologia e especialização em Psicologia Clínica podem ser qualificados como psicoterapeutas.

É importante lembrar que as reações imediatas, que começam no momento zero de um desastre e duram cerca de 72 horas, podem ser intensas, inusitadas, imprevisíveis e incontrolláveis para aqueles que as vivem ou testemunham, além de causar sentimentos intensos de medo, horror e impotência, o que pode afetar a saúde mental e afetar crenças e valores da população afetada, além de afetar sua relação com o ambiente em que vivem e suas conexões socioafetivas. Neste evento específico, um dos fatores que afetam a saúde mental dos afetados é o fato de que a maioria das vítimas fatais trabalhava na mineradora onde a barragem se rompeu, o que resultou na perda de diversos amigos, colegas de trabalho e fonte de sustento (Franco, Quagliato e Nardi, 2024).

Essas características são relevantes porque modificam as relações socioafetivas da comunidade, o que pode gerar um grande risco de desenvolver distúrbios psicopatológicos no decorrer do tempo. É importante destacar que o impacto de um evento desse tipo está diretamente ligado a fatores como resiliência e traços socioculturais de enfrentamento do sofrimento, recursos psicológicos, rede socioafetiva, bem como as políticas e diretrizes de atenção psicossocial e saúde mental a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo. Durante as supervisões de acompanhamento dos trabalhadores, eles relataram que, das primeiras 72h até o final do primeiro mês, as reações psicológicas mais frequentes expressas pela população usuária do SUS municipal foram: tristeza, choro frequente, humor deprimido, pesar, ansiedade, medo, irritabilidade, raiva, culpa, desorientação, reações de dissociação, crises de ansiedade, pânico, labilidade emocional e tentativas de suicídio, na maioria das vezes por meio de benzodiazepínicos (Reichert et al.2024).

Houve um aumento no consumo de álcool, benzodiazepínicos, conflitos interpessoais e situações de violência. Em relação às reações físicas, apontaram como recorrentes: cansaço intenso, perda de apetite, insônia e dores inespecíficas. Com base nessas premissas, buscou-se elaborar uma estratégia que atenda à demanda atual, com o intuito de identificar, mobilizar e fortalecer as habilidades e competências dos afetados, comunidades e populações próximas ao território (Reichert et al.2024).

A Defesa Civil Brasileira classifica os desastres naturais como fenômenos causados pela natureza e chama de fenômenos mistos aqueles que surgem da ação humana. Quanto à definição de desastres, esses são eventos naturais ou provocados pelo homem que causam prejuízos humanos, materiais e ambientais, resultando em prejuízos socioeconômicos. É comum ouvirmos notícias de desastres ao redor do mundo, como terremotos no Haiti e no Chile em 2010, inundações na Austrália no final de 2011 e um tsunami no Japão no mesmo ano. De acordo com o relatório World Risk Report, o Japão é o país com o maior risco de sofrer com desastres. Ainda de acordo com o relatório, os países subdesenvolvidos são os que mais sofrem com esse tipo de evento. Dentre os 171 países listados no relatório, o Brasil ocupa a 123ª posição (Gupta, 2024).

Apesar de ser considerado um país de baixo risco, o Brasil apresenta outros eventos que o tornam um país que requer atenção. A vulnerabilidade social é um fator presente em áreas afetadas por desastres, com questões sociopolíticas e econômicas tendo um papel crucial no impacto. Adicionalmente, o sofrimento dos sobreviventes está relacionado ao desamparo em situações de desastre, resultando em um aumento no número de vítimas, danos em grande escala e consequências socioeconômicas significativas, exigindo mais recursos humanos e materiais para a recuperação. Dessa forma, situações de desastres podem gerar estresse e ansiedade devido à sua imprevisibilidade e perigo à saúde física e emocional (Dorta et al., 2024).

Este período pode ser considerado um período de desequilíbrio psicológico que necessita de uma intervenção mais rápida com os problemas que exercem maior pressão. A compreensão e a abordagem adequada do luto das pessoas afetadas é crucial diante de eventos traumáticos e catastróficos. O luto em situações de emergência e desastres tem características específicas e desafios adicionais. Assim sendo, é fundamental identificar táticas terapêuticas eficazes que possam ser empregadas em tais circunstâncias. Em situações iniciais, é comum que a elaboração do luto demore mais tempo (Ariza-Colpas et al., 2024).

Este período pode ser considerado um período de desequilíbrio psicológico que necessita de uma intervenção mais rápida com os problemas que exercem maior pressão. A compreensão e a abordagem adequada do luto das pessoas afetadas é crucial diante de eventos traumáticos e catastróficos. O luto em situações de emergência e desastres tem características específicas e desafios adicionais. Assim sendo, é fundamental identificar táticas terapêuticas eficazes que possam ser empregadas em tais circunstâncias. Em situações iniciais, é comum que a elaboração do luto demore mais tempo (Chesnaye et al., 2024).

A pesquisa tem como objetivo principal analisar os benefícios da psicoterapia breve. Entre os objetivos específicos, destacam-se o exame dos impactos dessa abordagem na redução de sintomas de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, bem como a exploração de sua contribuição para a promoção da resiliência e da recuperação emocional.

A fundamentação teórica inclui uma breve revisão da literatura sobre a eficácia da psicoterapia breve, além de uma discussão sobre os fundamentos teóricos e práticos que sustentam essa abordagem. A pesquisa busca oferecer importantes contribuições, como o suporte à implementação de políticas públicas voltadas à saúde mental e o impacto positivo esperado na prática clínica, beneficiando o bem-estar das populações afetadas por transtornos psicológicos.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um estudo exploratório, com base em uma revisão narrativa de literatura, abrangendo artigos e teses, que possibilitasse uma descrição ampla do assunto. Não se esgotam as fontes de informação, já que não envolve busca e análise sistemática dos dados. Nisso reside a importância da revisão narrativa: na rápida atualização dos estudos sobre a temática (Cavalcante e Oliveira, 2020).

Foi feita a recuperação dos artigos indexados nas bases de dados Scielo, Google Acadêmico, Pepsic, Pubmed, e Editora Realiza. Para a coleta dos dados, utilizaram-se os descritores 'emergências e desastres', 'psicologia de emergência' e a 'psicoterapia breve'. Encontrou-se 2 livros e 33 artigos, dos quais selecionou-se 16 publicações que seguiam os seguintes critérios de inclusão: a) discutir os impactos causados na saúde mental de pessoas que passaram por desastres; b) discutir de que modo a psicoterapia breve auxilia em amenizar traumas; c) discutir metodologias que proporcionam um trabalho ainda mais eficaz dos psicólogos em meio a desastres naturais. Os artigos selecionados apresentaram uma descrição abrangente a respeito dos subtópicos citados no título e no corpo do texto.

Os artigos incluídos foram analisados considerando os seguintes eixos de discussão: a) marcos históricos de grandes desastres e o quanto isso influenciou a vida de muitos; b) déficits políticos que ocasionam tais desastres e dificultam o trabalho do profissional da saúde mental; c) estratégias que permitem usar a psicoterapia breve para redução dos danos emocionais e sociais. Realizou-se o fichamento dos artigos selecionados, buscando discutir os subtópicos, preencher lacunas existentes e identificar limites na produção de conhecimento do tema. Compilou-se e resumiu-se as informações coletadas, estabelecendo um diálogo com as literaturas selecionadas, os quais serão apresentados na seção dos resultados.

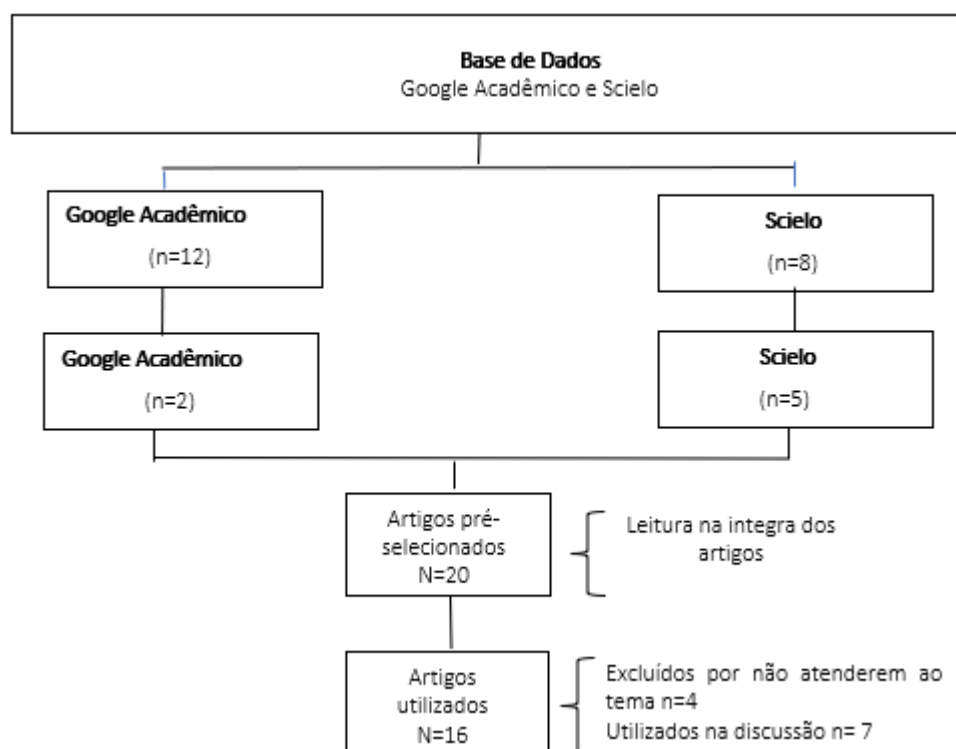


Figura 1. Fluxograma de obtenção dos artigos

Fonte: Elaboração própria.

RESULTADOS e DISCUSSÃO

Marcos históricos de grandes desastres e seu impacto na vida das pessoas

Os 50 anos entre 1900 e 2000 são considerados como pesquisas pontuais nessas áreas. Vale salientar, no entanto, que, nesse período, os trabalhos sofriam influência da psiquiatria, levando em consideração também a Segunda Guerra Mundial, uma vez que, nessa época, trabalhavam com a ideia de uma guerra nuclear. Os primeiros estudos sobre emergências e desastres estão relacionados às guerras mundiais, sobretudo ao estresse pós-traumático, conhecido também como fadiga de batalha, neurose de guerra e flashbacks. Muitos dos soldados que estavam em campo de batalha tinham algum problema psicológico, mas precisavam voltar para o campo de batalha, pois tinham que produzir e, conseqüentemente, estar bem para lutar em nome do Estado (Ariza-Colpas et al., 2024).

A Psicologia naquela época tinha como objetivo diagnosticar como as pessoas reagiriam a um desastre, enquanto as reações dos sobreviventes não eram consideradas relevantes para um acompanhamento pós-desastre. Assim sendo, houve uma grande quantia de recursos para compreender as reações das pessoas em situações de desastres e emergências, a fim de, em caso de um ataque nuclear, saber como conduzir esse tipo de tarefa. Durante esse período histórico, houve algumas pesquisas específicas que contribuíram para o progresso da área, como por exemplo, o psiquiatra Edward Stierlin é considerado o pioneiro na área de desastres. Stierlin se dedicou a lidar com incidentes de mineração, ferroviários e marítimos ocorridos nos Estados Unidos em 1909. O objetivo era compreender as emoções das pessoas que sofreram esses desastres. O primeiro trabalho científico realizado por Samuel Prince foi em 1920, na cidade de Hallifax, no Canadá, onde ele analisou explosões e acidentes marítimos. Já em 1944,

foi realizado o primeiro estudo sobre a intervenção pós-desastre (Bradly, Iskhakova e Ott, 2024).

Lindeman, o autor do estudo, propôs investigar as reações psicológicas de um incêndio no Clube Noturno Coconut Grove, em Boston, que resultou na morte de 400 pessoas. Este é considerado o marco teórico da investigação nessa área. No ano de 1963, as pessoas que foram atingidas pelo terremoto de Skoplje, na Iugoslávia, também foram analisadas. No ano de 1976, durante as inundações em Buffalo Creek, começou-se a falar da necessidade de se trabalhar com os sentimentos de pessoas envolvidas nos desastres.

Em 1970, a Associação Psiquiátrica Americana publicou um "manual de primeiros socorros em emergências". Dessa maneira, o manual apresentava diferentes tipos de reações aos desastres, bem como alguns princípios para lidar com pessoas emocionalmente perturbadas. Em 1974, surge a lei de atuação e auxílio em desastres, através do "Instituto de Saúde Mental do Departamento de Saúde dos Estados Unidos", que inclui uma seção de orientação psicológica para os atingidos. No continente latino-americano, especificamente no Peru, Chile, Nicarágua, México, El Salvador, Guatemala, Colômbia e Honduras, ocorreram desastres de grande magnitude. Em 29 de dezembro de 2001, no Peru, ocorreu o "Incêndio de Mesa Redonda", onde morreram 291 pessoas. A partir desse incêndio, foi fundada a Sociedade Peruana de Psicologia e Emergência e Desastres, devido ao trabalho realizado por psicólogos no local (Chesnaye et al., 2024).

Em 2002, em Lima - Peru, psicólogos organizaram o "I Congresso de Psicologia de emergências e desastres". Nesta conferência, foi criada a FLAPED, que tinha como objetivo reunir psicólogos em cinco sociedades nacionais, a fim de que eles pudessem retornar aos seus países para aprimorar a Psicologia de Emergência e Desastres. Em março de 2004, foi criada a "Sociedade Chilena de Psicologia das Emergências e Desastres (SOCHPED)", com como principais objetivos a descrição e explicação dos processos psicológicos envolvidos nas situações de emergência, a seleção de pessoas para integrarem a equipe de resgate (ressaltando também os trabalhos que envolviam riscos em geral) e a capacitação psicológica da comunidade para lidar com as emergências. Dessa forma, ocorreram diversos eventos para o aperfeiçoamento do trabalho da Psicologia de Emergências e Desastres. É crucial destacar que isso permitiu estabelecer bases sólidas para trabalhos nessas áreas de atuação (Ariza-Colpas et al., 2024).

O envolvimento da psicologia foi gradual e permanece assim, já que estamos no século XXI e só agora estamos trabalhando nesse acordo, não apenas no pós-desastre, mas também na atuação da Psicologia na prevenção. Dessa forma, a psicologia foi ganhando espaço e percebendo a sua relevância na atuação em situações de emergência e desastre, que vão desde a prevenção até o acompanhamento no pós-desastre, o que pode ser visto no decorrer desse estudo. Um dos maiores desastres já registrados no Brasil, sem dúvidas, é o que ficou conhecido como césio-137. O acidente aconteceu em 13 de setembro de 1987, em Goiânia. É considerado o maior acidente radioativo do país e o maior do mundo, já ocorrido fora de usinas nucleares (Bradly, Iskhakova e Ott, 2024).

Déficits políticos que provocam tais desastres e dificultam o trabalho dos profissionais de saúde mental

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Católica de Goiânia (UCG), juntamente com um grupo de psicólogos cubanos, atenderam às vítimas do césio-137 no ano de 1992. Dessa forma, a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS e a Organização Mundial de Saúde (OMS) salientam que este tipo de evento pode ser considerado um incidente ou situações perigosas que são caracterizadas pelas descargas de substâncias perigosas, colocando em risco a saúde de uma grande quantidade de pessoas. É crucial destacar esse evento ocorrido no Brasil, já que ele marca o início da atuação da psicologia na área de desastres, marcando o início da atuação da psicologia em eventos adversos (Chesnaye et al., 2024).

No entanto, é através da Defesa Civil que a psicologia no Brasil se aproxima mais dos desastres, tendo em vista que a Defesa Civil, neste caso, busca articular ações em prol das populações afetadas por desastres. Assim sendo, há algum tempo no Brasil, a conexão entre a Psicologia e a Proteção Civil tem sido estabelecida, e diversas iniciativas foram realizadas para incentivar a criação de conhecimento sobre o assunto. Com o objetivo de evitar e minimizar desastres, a Defesa Civil se dedica a preservar a integridade física e moral da população, restaurando a normalidade social (Dorta et al., 2024).

A Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), aprovada pela Resolução no 2, de 12 de dezembro de 1994, do Conselho Nacional de Defesa Civil, é um conjunto de objetivos que orientam um programa de ação governamental e condicionam sua execução. A sua finalidade é assegurar o direito natural à vida, à saúde, à incolumidade, à segurança e à propriedade em situações de desastres naturais. Dessa forma, “o objetivo geral da Defesa Civil é reduzir os Desastres”. Levando em conta que a diminuição dos desastres só pode ser alcançada ao diminuir sua frequência e intensidade. A SEDEC tem incentivado organizações que se dedicam ao assunto desde 2005. Assim, diversas equipes, incluindo psicólogos, se reúnem em seminários, oficinas e cursos para debater o assunto (Franco, Quagliato e Nardi, 2024).

A fim de desenvolver uma Psicologia que possa contribuir com um saber-fazer que favoreça a criação de políticas públicas de proteção e práticas de prevenção, a denominação atualmente empregada é Psicologia da Gestão de Riscos e Desastres, em vez de Psicologia das Emergências e Desastres. O uso da psicologia em situações de emergência e desastres ainda é recente no Brasil. Esta área ainda está em desenvolvimento, tendo em vista que outras áreas do saber, como a sociologia e a geografia humana, foram as primeiras ciências a se interessarem por estudar eventos catastróficos (Gupta, 2024).

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, essas ocorrências no Brasil ocorrem com um estado avançado de degradação das condições de vida nas metrópoles, onde há um grande aumento populacional, tendo em vista que muitas pessoas deixaram o meio rural para viver na vida urbana. Situações de desastres, sejam elas naturais ou causados pelos seres humanos, afetam consideravelmente as vidas dos indivíduos que estão envolvidos, causando muitas vezes graves problemas e influenciando o modo como cada um desses indivíduos se sentem afetados por alguma crise causada por situações de emergência e/ou desastres.

É estimado que, entre 60 e 90% da população, haverá pelo menos um evento estressante potencialmente prejudicial ao longo da vida. Essa perspectiva demonstra a

relevância da psicologia estar presente nesse tipo de situação, tendo em vista que os psicólogos estão aptos a atuar nessas situações adversas prestando serviços às vítimas de eventos catastróficos, pois eles causam traumas que permanecem na vida das pessoas. A Psicologia brasileira vive este momento e tem se mostrado atenta a ele. Procura oportunidades para contribuir com a política pública de segurança civil e, ao mesmo tempo, tem criado diretrizes para atuação em situações de emergência e desastres com base na vivência prática e no conhecimento teórico sobre o assunto (Dorta et al., 2024).

Por exemplo, o Estado de Santa Catarina poderia ser considerado um dos que mais sofreram com situações de emergência e desastres, devido ao seu histórico de enchentes, visto no decorrer de sua história. Dessa forma, os diferentes atores sociais procuram, de alguma forma, lidar com essas situações de catástrofe. Em primeiro lugar, o Estado e a sociedade se ajustam para suprir as principais necessidades da população, como abrigos provisórios, alimentação e cuidados médicos. Dessa forma, a psicologia encontra espaço para realizar suas intervenções, sejam elas individuais ou coletivas. Atuando para manter esse propósito, uma vez que a psicologia tem o dever social de colaborar com a sociedade e, nos últimos anos, tem contribuído para o progresso da profissão. Grandes áreas da Psicologia (como a Psicologia Organizacional e do Trabalho, a Psicologia Social Comunitária, a Psicologia Clínica através da psicoterapia breve, a Psicologia na atenção primária à saúde e a Psicologia das Emergências e Desastres) têm um referencial teórico-científico suficiente para que, se bem fundamentados cientificamente, possamos trabalhar em prol da Psicologia ética, responsável em seu compromisso social e comprometida com o protagonismo social das pessoas afetadas (Franco, Quagliato e Nardi, 2024).

Dessa forma, a psicologia no Brasil tem se consolidado cada vez mais, sobretudo nas últimas décadas, quando se percebe um maior progresso teórico nos campos de saberes da psicologia. Dessa forma, a Psicologia procura se referir a esse campo de atuação como Psicologia da Gestão de Riscos e de Desastres, pois o seu objetivo é também gerenciar essas situações de conflito, sob vários aspectos. Dessa forma, percebe-se o quanto é recente a relação da Psicologia com a Defesa Civil. Ainda há muitos caminhos a serem seguidos, mas esse novo campo de atuação da psicologia é necessário, pois vem contribuir com a sociedade (Gupta, 2024).

Cristian Araya foi o primeiro psicólogo a definir a Psicologia de Emergência na América Latina, especialmente no Chile. A psicologia de emergência é definida como: ramo da Psicologia geral que estuda as diferentes mudanças e fenômenos pessoais presentes numa situação de perigo, seja ela natural ou causada pelo homem de forma casual ou intencional. Emergência situações catastróficas ou desastres causados por causas naturais, como terremotos, erupções vulcânicas, secas, enchentes, tornados, furacões; acidentes, como incêndios; ou ainda, condições diretamente causadas pelo homem, como conflitos armados, ataques terroristas, sequestros relâmpagos, violência urbana, tráfico de drogas, dentre outros. Em todas essas situações, a integridade física e/ou emocional das pessoas está em perigo. Dessa forma, é possível notar a amplitude das situações de emergência e a forma como a sociedade é impactada por essas ocorrências. Outro fator que deve ser levado em conta é o que se refere às pessoas que já estão em vulnerabilidade social, pois, considera-se que elas sofrem ainda mais pelos danos que essas ocorrências podem causar. A psicologia de emergência está ligada a três

fases de emergência. O antes, o durante e o depois do evento. O tempo é determinado até 72 horas depois da emergência. Conceituar o que se deve fazer diante de uma emergência deve ser entendido como uma quarta etapa (Martins e Marson, 2024).

Os eventos adversos, sejam eles naturais ou provocados pelo homem, afetam um ecossistema vulnerável, causando prejuízos para pessoas, bens materiais e meio ambiente, além de prejuízos financeiros e sociais. Assim, é possível notar que os efeitos de desastres afetam diversas áreas da existência dos indivíduos que estão inseridos na sociedade, o que pode causar graves dificuldades para eles. Os Desastres seriam conseqüências de um fenômeno, natural ou provocado pelo homem, ou ainda da relação entre os dois, não podendo ser do evento em si, pois este é chamado de evento adverso (Ramalho e Dos Santos, 2024).

Assim, um período sem chuva, uma chuva intensa ou uma explosão química é chamado de evento adverso. Esses eventos, por sua vez, devem ou não se tornar um desastre, pois isso dependerá dos seus efeitos e da sua intensidade. Ou seja, deve-se considerar a quantidade de danos humanos, materiais e ambientais que ocorreram a partir de um evento específico. Para o Conselho Federal de Psicologia, os desastres são conseqüências de uma combinação particular de riscos, ameaças e vulnerabilidades da sociedade, que são, aos poucos, construídas nas relações das pessoas com o meio em que vivem (Martins e Marson, 2024).

Ou seja, essa associação entre esses produtos foi se criando socialmente ao longo do tempo, levando em conta que os indivíduos que estão inseridos em determinados contextos, como o da vulnerabilidade social, estão ainda mais vulneráveis a serem afetados por eventos adversos e situações de desastres. No entanto, é importante destacar que a intensidade do desastre não se limita apenas à magnitude do evento adverso, mas também à evidência de vulnerabilidade do cenário do desastre e do grupo social afetado. Isso possibilita manter um olhar diferenciado sobre a catástrofe, já que a comunidade afetada tem sua integridade física e mental afetada (Gupta, 2024).

Estratégias que utilizam a psicoterapia breve para reduzir danos emocionais e sociais

Os desastres são alterações intensas na vida das pessoas, nos bens e na sociedade em que vivem, causadas por um evento natural ou provocadas pelo homem, o que aumenta a capacidade de resposta do grupo afetado. Dessa forma, os indivíduos que estão em situações de emergência e desastre estão sujeitos a diversos tipos de alterações nas suas vidas, que vão desde as questões financeiras, até as questões emocionais. Os desastres, em geral, são classificados "em termos de evolução, intensidade e origem". Antes de iniciar a discussão a respeito da atuação da psicologia em situações de emergência e desastres, é preciso debater o conceito de "Psicologia da Gestão de Riscos e Desastres", como é chamada atualmente essa área. Essa nova nomenclatura não apenas torna o termo mais abrangente, como também possibilita lançar um olhar voltado para "construção de políticas públicas de proteção e práticas de prevenção" que possibilitem e favoreçam aqueles que sofrem com algum tipo de catástrofe (Ramalho e Dos Santos, 2024).

A área de Gestão Integrada de Riscos e Desastres pode ser definida como uma área que busca integrar diferentes categorias profissionais e áreas de conhecimento. Assim, este novo campo de estudo tem como objetivo identificar e examinar os perigos que diversas comunidades enfrentam, especialmente aquelas com maior vulnerabilidade social, devido à sua

localização em áreas de risco, pobreza, ocupação inadequada do solo, ausência de equipamentos urbanos e falta de políticas que atendam às demandas da população (Martins e Marson, 2024).

É importante destacar que outros elementos estão envolvidos e contribuem para um desastre, tais como: as populações que estão sujeitas a riscos tiveram um aumento significativo, as variações climáticas e ambientais também influenciaram as ocorrências, e a globalização acentua as disparidades e ignora os valores locais, como a cultura do espaço. Dessa forma, a administração integrada tem como objetivo elaborar planos com o objetivo de reduzir os perigos aos quais os indivíduos estão sujeitos, permitindo um trabalho em conjunto com a comunidade afetada por um desastre. A gestão integrada de riscos e desastres diz respeito à identificação, mapeamento e análise dos riscos a que determinadas comunidades e pessoas estão sujeitas, de forma a elaborar programas, planos e medidas com o objetivo de prevenir e diminuir os riscos relacionados a essa exposição (Ramalho e Dos Santos, 2024).

Outro fator que deve ser levado em conta é a participação da população que está envolvida em um desastre, pois o seu conhecimento é indispensável para o desenvolvimento de um trabalho que visa minimizar os danos causados à comunidade. É conhecido que essas pessoas estão diretamente envolvidas e enfrentam diariamente esse tipo de situação. Portanto, nada mais relevante do que a comunidade, que conhece seu território, se envolver junto com a equipe interdisciplinar para gerenciar toda a gestão desse processo (Reichert et al., 2024).

Dessa forma, percebe-se a relevância da psicologia comunitária nesses espaços, que, neste caso, tem como objetivo articular, junto com a população e com as equipes multidisciplinares, procedimentos práticos a partir da demanda social apresentada pela comunidade. Dessa forma, reuniões com os moradores, grupos de autogestão e o fortalecimento de programas e ações propostas podem ser formas de trabalho com os sujeitos que estão inseridos em uma comunidade específica. A psicologia comunitária tem como objetivo o desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. O principal problema é a transformação do indivíduo em sujeito. Ao comparar a Psicologia Comunitária à Psicologia da Gestão de Riscos e Desastres, percebe-se que uma área só tem a ganhar com a outra, uma vez que o trabalho é voltado para o bem-estar da comunidade, bem como o sujeito é o foco do trabalho num primeiro momento (Silva et al., 2024).

Assim, o trabalho que antes se concentrava apenas em um indivíduo passa a ser desenvolvido com base em suas relações como um todo, levando em conta as conexões emocionais com parentes, vizinhos e todos os membros da comunidade. Falar em comunidade é abordar a relação em si, ou seja, as conexões entre os membros da comunidade já definem o significado do conceito. As interações comunitárias possibilitam que seus membros expressem seus sentimentos, compartilhem suas vivências, seus conhecimentos e atuem de forma ativa em suas conexões de amizade. No entanto, a relação não pode ser formada sem outras pessoas envolvidas (Reichert et al., 2024).

As interações comunitárias que constituem uma verdadeira comunidade são relações justas, que ocorrem entre indivíduos com direitos e obrigações iguais. Assim sendo, a psicologia procura se envolver em diversas situações de desastres. A atuação do psicólogo deve ser

pautada nos Direitos Humanos e devem ser levados em conta os aspectos sociais, éticos e políticos. Dessa forma, os Direitos Humanos são garantidos e os indivíduos são compreendidos nas esferas cognitiva, emocional e afetiva. A Mobilização Social é um aspecto importante a ser destacado (Silva et al., 2024).

Segundo Bloom (2009), a psicoterapia breve é uma técnica utilizada em casos de gestão de riscos e desastres, sendo eficaz para restabelecer o funcionamento psicológico e prevenir a progressão para transtornos mais graves. Trata-se de um método terapêutico focado, estruturado e de curta duração, que se diferencia de outras modalidades mais longas ao concentrar-se em questões específicas dos pacientes e buscar resultados objetivos. Por sua natureza direta e prática, a psicoterapia breve é especialmente útil para ajudar indivíduos a lidar com traumas e crises emocionais decorrentes de situações vivenciadas.

Entre as vantagens apontadas pelo autor, destaca-se a rapidez na intervenção, que permite um atendimento focalizado no problema subjacente, contribuindo para a redução da ansiedade e para a prevenção do agravamento de traumas, como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Além disso, a técnica utiliza estratégias práticas, fornecendo ferramentas aplicáveis no dia a dia, o que diminui a dependência total do paciente em relação ao terapeuta. Outra vantagem é sua eficácia em situações emergenciais, devido ao planejamento prévio que organiza o tratamento em etapas bem definidas: início, meio e fim.

Por não se tratar de uma abordagem terapêutica, mas de uma técnica, a psicoterapia breve apresenta grande flexibilidade, podendo ser adaptada a diferentes contextos e utilizada por profissionais de qualquer linha terapêutica, ampliando as possibilidades de intervenção do terapeuta (Bloom, 2009).

Agora abordaremos um dos aspectos fundamentais da administração de perigos e desastres, e como o psicólogo pode se envolver nessa área, a partir do Plano de Contingência, que pode ser abordado juntamente a psicoterapia breve ou focal. O plano de contingência é resultado da análise dos riscos, que, dessa forma, é a primeira etapa de administração dos desastres, se tornando um planejamento operacional. O Plano de Contingência é um documento elaborado a partir de análises de uma situação específica de desastre, que resulta de uma avaliação dos riscos. Deve ser elaborado com antecedência, previamente à situação crítica, com a identificação de ações comuns a cada órgão, entidade ou indivíduo. No que diz respeito à atuação da Psicologia, o plano vai indicar as ações que cada psicólogo, seja através de seus conselhos, sindicatos ou universidades, poderá tomar se ocorrer um desastre (Reichert et al., 2024).

Assim, o plano de emergência é o guia para todo o procedimento em que o psicólogo deve se fundamentar. Ou seja, os psicólogos, a partir da análise de riscos, procurarão fazer parte do plano de contingência, inserindo-se através dos órgãos ou empresas, e apresentarão um modelo específico de plano de contingência. O Plano de Contingência tem como foco os eventos naturais relacionados a fenômenos atmosféricos, meteorológicos ou hidrológicos, como terremotos, deslizamentos ou deslizamentos, chuvas intensas e acidentes. É relevante salientar que cada desastre mencionado pode exigir um plano de contingência distinto (Xerri et al., 2024).

Dessa forma, o plano de emergência deve contemplar diversos aspectos, tais como a localização, a disposição dos abrigos, a criação de estruturas de assistência às vítimas, a

remoção dos locais de risco e a arrecadação de doações para a comunidade afetada. Assim, é responsabilidade do psicólogo elaborar um protocolo de atendimento para atender a comunidade afetada, com foco no aspecto psicológico dos indivíduos que foram atingidos por desastres. Além disso, o plano de contingência tem como objetivo fortalecer os laços sociais existentes na comunidade e também garantir a sustentabilidade das novas redes construídas. Esse planejamento deve ser integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS), o primeiro órgão de acolhimento das pessoas afetadas por desastres, pois os danos e prejuízos causados pelo impacto psicossocial têm sua especificidade, exigindo ações específicas dos profissionais de Psicologia envolvidos nesse processo (Silva et al., 2024).

Portanto, é crucial destacar que o plano de emergência deve estar conectado às redes estaduais, municipais ou comunitárias, uma vez que a participação de todos é crucial. Dessa forma, parte a vinculação do Sistema Único de Saúde ao Sistema Único de Saúde. Depois de concluir o plano, é necessário prosseguir com o treinamento da equipe por meio de simulados. Todos os parceiros devem participar do treinamento, pois é através dele que os papéis são definidos. Os simulados são tarefas fundamentais para a preparação das pessoas em situações de desastre, pois são eles que divulgam o plano de contingência elaborado pelos profissionais que estão envolvidos (Reichert et al., 2024).

As comunidades devem ser encaradas como seres vivos, capazes de se adaptar e auto organizar, a partir das interações entre os indivíduos que nela habitam. A comunidade deve ser percebida como um espaço de autonomia e que pode trabalhar em diferentes áreas de (re)construção, tornando-se uma comunidade resiliente. A resiliência na comunidade pode ser definida como: a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente ameaçada de se adaptar, resistindo ou modificando, de forma a atingir e manter um nível aceitável de funcionamento e estrutura. Isto é determinado pelo nível de capacidade que o sistema social tem de se organizar para melhorar sua capacidade de aprender com os desastres passados para sua proteção futura e melhorar as suas medidas de redução de riscos (Reichert et al., 2024).

O tópico da resiliência na comunidade foi introduzido há pouco tempo e tem sido estudado gradualmente por nações e organizações. Apesar de ser um campo de estudo recente, percebe-se a relevância de introduzir esse conceito no trabalho em comunidades, pois, numa comunidade resiliente, os indivíduos são autônomos e participam do seu processo de reconstrução. É responsabilidade do psicólogo identificar as competências individuais e coletivas para lidar com situações de emergência. Após os simulados, é importante que os psicólogos revejam o plano de contingência para identificar os pontos fortes e fracos, e façam os ajustes necessários, caso existam.

Além disso, é crucial que a comunidade identificada atue de forma efetiva nos simulados, já que essa participação pode diminuir os riscos sociais e diminuir a vulnerabilidade social. Dessa forma, os simulados devem ser repetidos com uma frequência específica, a fim de garantir as atualizações necessárias. O resultado, muitas vezes, é que o plano de contingência pode ser substituído pelo plano de operação, que é quando o desastre ocorre. O objetivo deste último é atender à realidade do desastre, uma vez que ele é a execução do mesmo, ou seja, colocar em prática todo o plano de contingência elaborado. Quando há um desastre hierarquicamente, a coordenação de Defesa Civil do município é responsável pelo plano, mas o

psicólogo pode atuar nesse espaço e ter como base o plano do município, apoiado pelo seu conhecimento e experiência (Xerri et al., 2024).

Dessa forma, o processo de construção do plano de contingência abrange diferentes instituições, distintos saberes, por isso, deve ser inclusivo, em outras palavras, os representantes governamentais, municipais, estaduais e federais, bem como as organizações não-governamentais, as empresas privadas, os conselhos de Psicologia, as universidades, os profissionais do SUS, os psicólogos do Corpo de Bombeiros, os da Polícia Militar, da Defesa Civil, das prefeituras locais, profissionais de Serviço Social, entre outros, devem fazer parte desse processo de elaboração e execução do plano, neste sentido esse trabalho passar a ser multiprofissional, pois envolve diferentes atores em prol de um bem comum. É crucial destacar que outros órgãos também estão envolvidos em situações de Desastres e devem ser considerados como colaboradores nessas situações (Reichert et al., 2024).

Os organismos da administração direta e indireta, os setoriais e os de suporte, tais como empresas privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias. É importante saber a capacidade de resposta de cada um desses órgãos, e identificar como eles podem auxiliar no enfrentamento aos desastres. Dessa forma, é necessário incluir no plano de emergência a capacidade de resposta de cada um desses órgãos. É importante destacar como tudo será organizado e quem será responsável, pois o progresso do processo de reconstrução de uma comunidade está diretamente ligado a esse trabalho realizado.

No que diz respeito às ações de prevenção de desastres, a Psicologia nos desastres naturais precisa desenvolver ações que ultrapassem a intervenção sobre os efeitos na condição mental dos indivíduos e compreendam o caráter dinâmico das redes sociotécnicas das quais o indivíduo faz parte. Para este autor, a Psicologia é importante para a formação de comunidades mais seguras e capazes de criar redes de apoio para lidar com os desastres naturais. Com base nesses mesmos princípios, o psicólogo deve trabalhar de forma sistêmica, ou seja, deve analisar a realidade do micro, meso, exo e macrosistemas (Reichert et al., 2024).

A primeira diz respeito às relações do sujeito com a família; a segunda, às relações fora da família, como a escola e os vizinhos; a terceira, à comunidade em que as pessoas estão inseridas; e a última, à cidade em que ocorreu o incidente, para que sejam tomadas medidas capazes de lidar com a complexidade que envolve a vivência de um desastre natural. Focando na construção de um enfoque completo em saúde mental para evitar desastres, os autores enfatizam a relevância de criar programas de saúde mental flexíveis com base em experiências passadas, na liderança comunitária e nas necessidades específicas de cada caso específico (Silva et al., 2024).

Dentre as formas de ação preventiva baseadas em uma perspectiva sistêmica, é possível notar nas propostas dos autores citados a inclusão da Psicologia em equipes multiprofissionais e interdisciplinares de cuidados à saúde, na implementação de ações para mitigar desastres através da educação comunitária, com o fortalecimento das pessoas, comunidades e redes sociais conhecido como empowerment, na inserção em políticas públicas relacionadas à defesa civil, na compreensão da cultura e representação social, bem como no que as pessoas entendem por riscos e vulnerabilidades.

Há diversas ações que a Psicologia pode realizar, incluindo a criação de fóruns nacionais permanentes sobre prevenção de desastres como um problema de saúde mental, bem como o aprimoramento dos métodos psicológicos para gerar informações de investigação. A Psicologia pode estar presente nos serviços públicos de assistência à população, participando de atividades regulares com a comunidade ou refletindo sobre a elaboração de um plano de promoção adequado à realidade local.

A relevância da inclusão da Psicologia em grupos interdisciplinares, nas políticas públicas e na realização de cursos de capacitação. Os perigos de uma formação inadequada das equipes de cuidados primários à saúde, sejam elas compostas por profissionais ou voluntários envolvidos nas ações para prevenir e minimizar desastres. Há pontos relevantes no trabalho dos psicólogos em desastres naturais para a compreensão do que as pessoas compreendem por riscos e suas capacidades de responder. Dessa forma, é crucial identificar as táticas de coping usadas para lidar com o estresse causado por um desastre, investigando qual o impacto dessas táticas nas respostas que o indivíduo tem diante do problema, propondo reflexões sobre a prevenção em futuros desastres (Silva et al., 2024).

Com base na teoria da Psicologia Ambiental, os desastres evidenciam a fragilidade da sociedade e da condição humana. O objetivo é enfatizar a relevância dos estudos em Psicologia Ambiental para compreender a relação entre a pessoa e o ambiente e para estudar as representações sociais, permitindo a criação de uma imagem de eventos previsíveis e de fácil controle, o que facilitaria o planejamento de ações futuras e políticas públicas eficazes para lidar com os desastres naturais.

Nos estudos sobre a percepção das pessoas sobre o evento estressante, apesar de haver mais dados científicos e técnicos sobre as ameaças físicas de um desastre, os mitos, as crenças e o pensamento mágico (desastres concebidos como castigo e/ou como ações divinas) têm influência e determinação na forma como as pessoas compreendem e atuam diante da informação recebida sobre um desastre natural, o que leva a refletir sobre a influência da cultura na percepção de risco de uma população.

Os especialistas que lidam com situações de emergência devem ter em mente duas exigências programáticas abrangentes em situações de desastre. A abordagem inicial se baseia em uma abordagem ampla, empregando uma variedade de métodos e práticas para orientar a comunidade afetada, com foco na resiliência individual e coletiva, e na criação de uma estrutura social que promova a estabilidade e fomente a interação e coesão comunitárias.

A segunda etapa é estabelecer tratamentos baseados em evidências - sejam eles grupos ou individuais, de acordo com a cultura local. A intervenção junto à família, a valorização dos recursos naturais da comunidade e a identificação de indivíduos com predisposição ao Transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) para evitar o aparecimento de TEPT, usaram a técnica Debriefing psicológico. A utilização dessa técnica, juntamente com a escala de avaliação do estresse Psychiatric Epidemiology Research Interview Demoralization Scale (PERI) e outros questionários de autoavaliação de estresse, possibilita que o indivíduo relate e reelabore sua experiência no desastre natural. É evidente que, em grande parte, os estudos foram conduzidos com base nas ações tomadas após o desastre.

Com o objetivo de identificar e tratar as crianças com sinais persistentes de trauma dois anos depois de um furacão na ilha de Kauai, no Hawaii, iniciou-se uma pré-seleção em toda a

comunidade escolar daquela região, para depois encaminhar as crianças mais fragilizadas para três grupos de tratamento - individual, em grupo e espera, sendo esses grupos de tratamento conduzidos por conselheiros de classe especialmente treinados para isso. Além dessas técnicas, os autores usaram um questionário autoaplicável para levantar sintomas de trauma The Kauai Reaction Inventory (KRI) e Child Reaction Inventory, além de uma entrevista clínica semiestruturada que levanta sintomas de TEPT em crianças (Xerri et al., 2024).

Em uma pesquisa qualitativa, uma seleção de famílias que foram afetadas pelo tornado no município de Muitos Capões (RS), para, então, aplicar a técnica do grupo focal. Essa técnica também foi usada após a aplicação de questionários, em pessoas que sofreram com o furacão Wilma em Cuba. Os resultados sugerem que a população da América Latina apresenta maior risco de contrair TEPT em comparação com a população dos Estados Unidos. Dentre as múltiplas vulnerabilidades para o desenvolvimento de TEPT após exposição a um evento traumático de grandes proporções, estão o nível de apoio social, as variáveis demográficas etnia, sexo, isolamento social, nível educacional, antecedentes psiquiátricos e outros problemas dessa natureza que precisam ser cuidadosamente investigados (Silva et al., 2024).

Nessa linha de pesquisa, muitos estudos têm como objetivo investigar a incidência de transtornos mentais no pós-morte, especialmente o TEPT, sua ligação com a depressão e a ideação suicida, como estas afetam as pessoas vulneráveis e como se manifestam em crianças. O TEPT e os outros transtornos psiquiátricos procuram esclarecer que, na prática, os sintomas típicos deste transtorno são reações normais após a ocorrência de desastres naturais e que sua incidência tem se mostrado baixa em relação ao esperado pelos pesquisadores. Assim sendo, pesquisas focadas em resistência emocional, apoio social e no papel das equipes de socorro têm ganhado credibilidade e espaço nas investigações sobre as reações psicológicas em resposta a desastres, definindo as medidas preventivas típicas da fase pré-destruição. A relevância e a tendência atual de criação de programas comunitários que valorizam a resiliência, sugere uma abordagem inovadora para lidar com eventos de instabilidade, suporte e união da comunidade (Xerri et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A psicologia Integrada na Gestão de Riscos e Desastres, como se pode notar ao longo deste estudo, ainda é muito recente no nosso meio. Ainda há muito a ser explorado nessa nova área. A psicologia brasileira está aprimorando suas pesquisas nessa área, uma vez que o país tem enfrentado períodos de calamidade em algumas áreas do país. A Seca no Nordeste foi denominada por seu estudo de desastres sem impacto, que pode ser entendido como eventos naturais que raramente são descritos na literatura. A Força Aérea Brasileira tem conduzido pesquisas relacionadas a acidentes aéreos, utilizando técnicas específicas para lidar com sobreviventes e vítimas de desastres aéreos.

É importante destacar que a crescente demanda tem chamado a atenção da psicologia, o que indica a importância de introduzir estudos sobre a psicologia dos desastres nas universidades, seja por meio de cursos de graduação ou pós-graduação. Trabalhar com minicursos, palestras e congressos são caminhos que já estão sendo percorridos atualmente, pois eles qualificam os profissionais nesse campo tão novo. Sendo assim, a busca por um conhecimento teórico que enseja a prática do profissional de psicologia é crucial não somente

para o campo científico, mas também para o meio social, pois é nessa área que será aplicada toda essa construção teórica.

Os estudos sobre desastres têm contribuído significativamente para o progresso das metrópoles, considerando a relevância de se trabalhar com a prevenção, especialmente em comunidades mais vulneráveis socialmente, já que são elas que mais necessitam de assistência em situações de emergência. O trabalho de prevenção deve estar presente, é uma forma de discutir com a comunidade e os outros atores envolvidos a importância de minimizar o processo de devastação que um desastre pode causar. Assim, a Psicologia brasileira está em processo de construção teórica dessa nova área de conhecimento, o que tem evidenciado a relevância da psicologia como ciência e o seu impacto nos aspectos sociais, culturais e éticos, seja individual ou coletivo, e um ponto a ser destacado, é a necessidade de estudos ainda mais aprofundados, afinal ainda são poucos os tais, o que justifica pesquisas maiores em artigos estrangeiros.

REFERÊNCIAS

- ARIZA-COLPAS, Patricia Patricia; et al. Machine learning applied to the analysis of prolonged COVID symptoms: an analytical review. In: Informatics. MDPI, 2024. p. 48.
- BLOOM, Jesse S. Crisis intervention: principles and practice. Boston: Pearson, 2009.
- BRADLY, Anna; ISKHAKOVA, Marina; OTT, Dana L. Short-term study abroad (STSA): a review of key risks and challenges. Journal of International Education in Business, 2024.
- BRAGA, Ana Paula de Araujo. Produção científica sobre psicologia dos desastres: Uma revisão da literatura nacional. Estud. psicol., Natal, v. 23, n. 2, p.179-188, jun. 2018.
- BRASIL. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Psicoterapia: um processo profissional para melhoria da saúde mental e emocional. Disponível em: <https://site.cfp.org.br>. Acesso em: [data de acesso]
- CAVALCANTE, Lúvia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102, abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: [data de acesso]
- CHESNAYE, Nicholas C.; et al. The impact of population ageing on the burden of chronic kidney disease. Nature Reviews Nephrology, p. 1-17, 2024.
- DORTA, Daniel C.; et al. Multimodal benefits of hypnosis on pain, mental health, sleep, and quality of life in patients with chronic pain related to fibromyalgia: a randomized, controlled, blindly-evaluated trial. Explore, p. 103016, 2024.
- FRANCO, Bruno A.; QUAGLIATO, Larissa A.; NARDI, Antonio E. Application of cognitive behavioral therapy associated with pharmacotherapy for anxious and depressive disorders. In: Transdiagnostic Approaches in Cognitive Behavioral Therapy. Cham: Springer Nature Switzerland, 2024. p. 185-193.
- GRAF, William L. Downstream hydrologic and geomorphic effects of large dams on American rivers. Geomorphology, 79(3-4), p. 336-360, 2006. Este estudo aborda os impactos das barragens, inundações controladas e suas consequências para os ecossistemas fluviais, incluindo no Grand Canyon.
- GUPTA, Harsh; D., Robert L. Job insecurity amid the COVID-19 pandemic and beyond: a systematic review and research agenda. Employee Relations: The International Journal, v. 46, n. 5, p. 1141-1171, 2024.
- MARTINS, José P.; MARSON, Flávio Augusto L. Forgetting what shouldn't be forgotten: the new normal after the COVID-19 pandemic in Brazil. Frontiers in Psychology, v. 15, p. 1362183, 2024.
- MARANHÃO. Lei n.º 10.860, de 14 de abril de 2004. Resiliência ambiental a desastres naturais. Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 15 abr. 2004. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/download/12492/8739/48723#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2010.860%2C%20de%2014%20de%20abril%20de%202004.>

- RAMALHO, Cláudio W. N.; DOS SANTOS, Ana Paula. "Life is losing its meaning": the experiences of fishing communities during the oil disaster and COVID-19 pandemic in Pernambuco, Brazil. *Latin American Perspectives*, p. 0094582X241262011, 2024.
- REICHERT, Robert A.; et al. (Ed.). *Substance Use, Public Policy and Harm Reduction: Social and Health Studies and Interventions*. Ethics International Press, 2024.
- SILVA, Carla; et al. Evaluation of the psychometric properties of the 18-items Dysfunctional Attitudes Scale (Form B) in a Portuguese sample of people aged 60 and over. *Nursing Reports*, v. 14, n. 3, p. 2209-2225, 2024.
- XERRI, George; et al. Exploring the use of experiential learning methods to increase CBRNe awareness and emergency preparedness of children. *International Journal of Safety and Security Engineering*, v. 14, n. 3, p. 831-841, 2024.